

O DESEMPENHO DO BRASIL NO PROGRAMA INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO DE ALUNOS (PISA), EDIÇÃO DE 2009

Hugo Costa Pessoa¹

Na primeira semana de dezembro do corrente ano, o Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) divulgaram os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), edição de 2009². Trata-se de um programa desenvolvido pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que visa fornecer indicadores de alta qualidade do ensino bem como possibilitar a realização de estudos comparativos internacionais para subsidiar a implementação de políticas públicas educacionais. Os resultados, segundo o MEC, são interpretados dentro do contexto de cada país.

O evento recebeu ampla cobertura da mídia nacional e internacional e contou com a participação de 65 países, sendo 34 da OCDE e 31 convidados. Os testes foram aplicados a 470 mil estudantes.

O Brasil, na condição de país convidado, participou pela primeira vez dos testes em 2000. Sobre os resultados daquele ano, o articulista da revista Veja, Cláudio Moura e Castro, mencionou:

Em 2000, desabou na Alemanha uma notícia aterradora. O país estava em 25º lugar no Pisa, um teste que mede a capacidade de leitura e o aprendizado de matemática e ciências, entre jovens de 15 anos, em cerca de quarenta países. Educadores, pais e autoridades oscilaram entre traumatizados e enfurecidos. Até hoje, o clima está tumultuado, com comissões, seminários e uma enxurrada de novas leis (Revista Veja, edição 1953, de 26/04/06).

Na mencionada edição o Brasil ficou em último lugar. Sobre o fiasco brasileiro, Castro asseverou que a reação da sociedade foi muito pior: ãA imprensa não fez barulho. A esquerda e a direita ficaram mudas. Pesquisas com pais mostram um resultado quase inacreditável: eles estão satisfeitos com a educação oferecida aos filhos.

Nas edições de 2003 e 2006, o Brasil continuou ocupando as últimas posições, mas a imprensa começou a fazer barulho:

¹ Auditor do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e Mestre em Gestão de Políticas Públicas.

² INEP ó Resultados Preliminares - PISA 2009. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/internacional/pisa/2010/pisa2009_apresentacao_resultados_divulgacao.ppt> Acesso em 07 de dez. 2010.

Brasil está entre os piores no ensino de ciências, diz OCDE

Do G1, em São Paulo

Alunos brasileiros estão entre os piores em matemática

O Globo Online, com agências internacionais e Demétrio Weber - O Globo

Brasil é reprovado, de novo, em matemática e leitura

ANGELA PINHO da Folha de S.Paulo, em Brasília

Nossos alunos, em avaliações internacionais, estão quase no nível dos estudantes de Zimbábue...

Globo News ó Painel ó Especialistas avaliam a educação no Brasil (Gustavo Ioschpe)

Para Haddad, Brasil entre os últimos no Pisa não é vergonha

Do G1, em São Paulo, com informações do Bom Dia Brasil

Para piorar este cenário, caiu o mito da falta de investimentos em educação, recorrentemente citado como a principal causa da baixa qualidade do ensino. Recentes estudos realizados por especialistas da OCDE certificam que o Brasil está entre os países que mais aumentaram investimentos em educação entre 2000 e 2007³. Segundo a pesquisa, nesse período, houve um aumento de 66% do percentual dos gastos em educação no Brasil em todos os níveis de ensino combinados, enquanto que, no mesmo período, os gastos em educação na média dos países da OCDE aumentaram em 26%.

Na edição do PISA ó 2009, verifica-se que tanto a Alemanha quanto o Brasil melhoraram suas posições. A Alemanha cravou 510 pontos e pulou para a 15ª posição, indicando que o tumulto gerado pela sociedade alemã em 2002 produziu resultados positivos. O Brasil, com 401 pontos, ficou abaixo da média, mas livrou-se do desconforto das últimas posições e subiu para 55º lugar.

Entretanto, vale lembrar que foi somente a partir da edição de 2006 (terceira participação do Brasil), que a mídia nacional se deu conta da importância desse evento. A expectativa é que os resultados e as críticas jornalísticas provoquem na sociedade brasileira um nível de descontentamento capaz de gerar uma revolução educacional nos moldes promovidos pela Alemanha em 2000.

De qualquer forma, percebe-se que o país começa a dar sinais de recuperação. A 55ª posição no atual *ranking* do PISA significou a ultrapassagem de 11 países:

³ INEP - Brasil está entre os países que mais aumentaram investimentos em educação, revela pesquisa da OCDE. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/internacional/news10_01.htm>. Acesso em 30 de nov. de 2010.

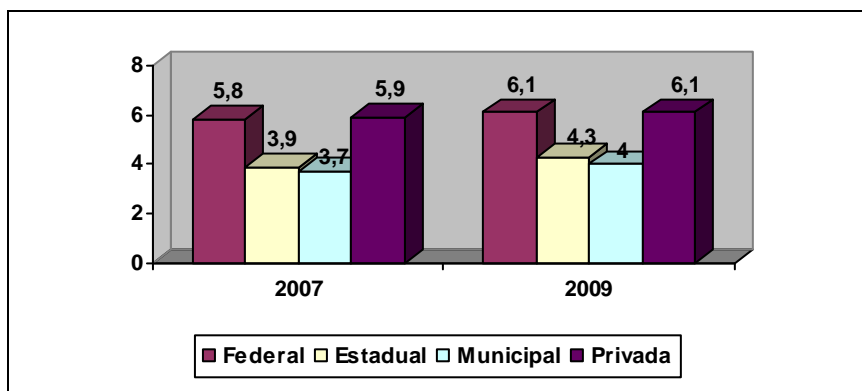
Colômbia, Cazaquistão, Argentina, Tunísia, Azerbaijão, Indonésia, Albânia, Catar, Panamá, Peru e Quirguistão.

Contudo, ainda causa espície que o Brasil (oitava potência econômica mundial) permaneça abaixo de países como Turquia, Sérvia, Chile, Bulgária, Uruguai, Romênia, Tailândia, México, Trinidad e Tobago, Montenegro e Jordânia, todos detentores de renda *per capita* inferior ou equivalente.

Segundos dados divulgados pelo MEC/INEP, 20 mil estudantes brasileiros das redes pública (federal, estadual e municipal) e privada participaram dos testes do PISA em 2009. O melhor desempenho foi observado na rede pública federal e na privada que contribuíram com 37% e 36%, respectivamente, para os 401 pontos obtidos pelo Brasil. As redes estaduais e municipais contribuíram com 27%.

As performances das redes federal e privada não surpreendem. Em nível nacional, o fenômeno é refletido também na Taxa de Aprovação Escolar e na Prova Brasil⁴, indicadores que servem de parâmetro para cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Tal prevalência pode ser certificada através do Gráfico 1.

Gráfico 1- Evolução do IDEB no Ensino Fundamental nas redes e períodos analisados.



Fonte: MEC/INEP

No âmbito das unidades federativas do Brasil, dez sistemas de ensino registraram pontuação acima da média. O melhor desempenho foi registrado pelo Distrito Federal (439 pontos):

⁴ O primeiro teste de nível universal para o Ensino Fundamental que é aplicado no Brasil, bienalmente, desde 2003.

UF	Média Geral
DF	439
SC	428
RS	424
MG	422
PR	417
ES	414
SP	408
MS	404
GO	402

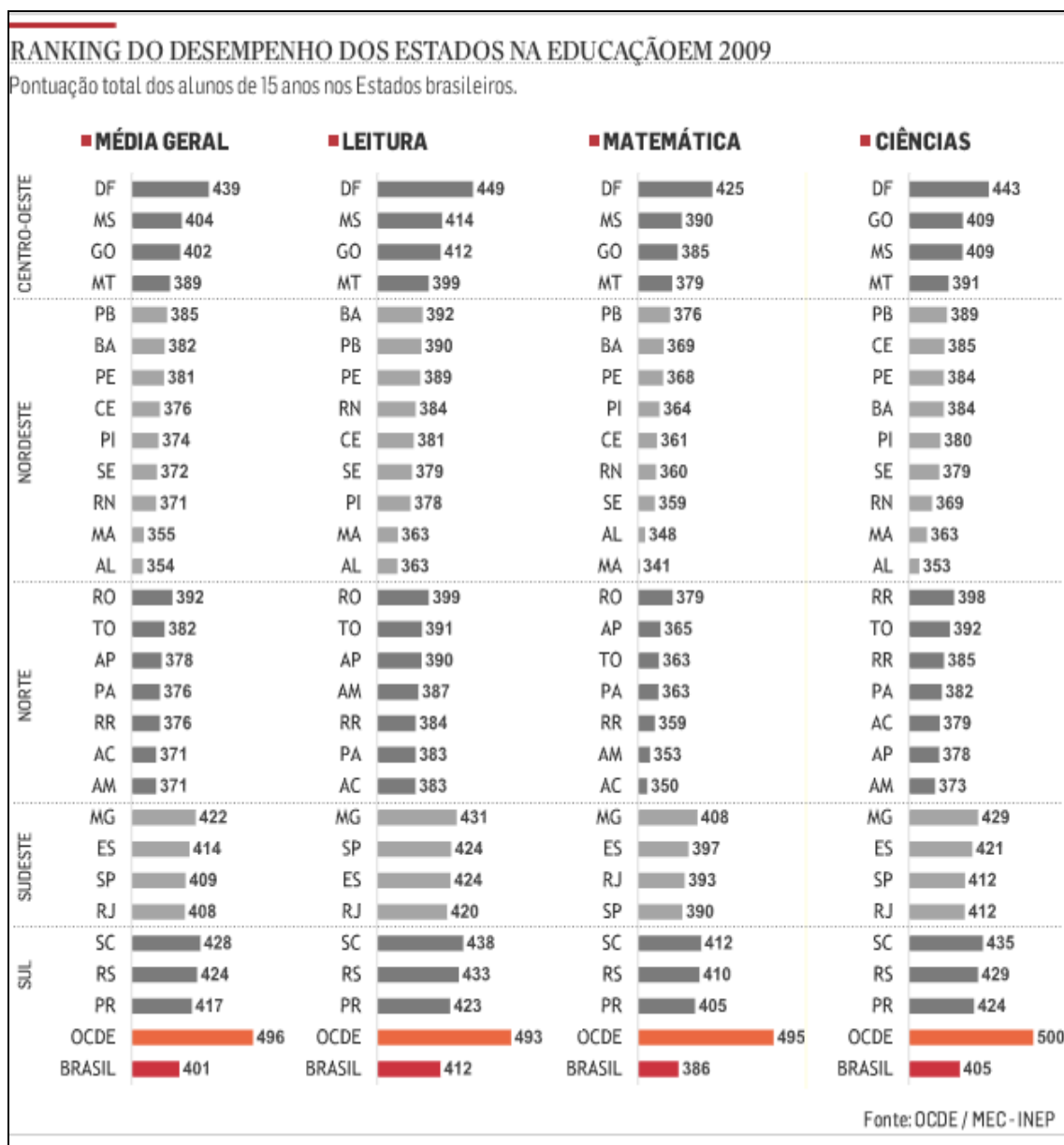
Os três estados da Região Sul mantiveram a tradição em qualidade de ensino, ocupando a segunda, terceira e quinta posição.

Dentre os que ficaram abaixo da média, Rondônia foi o melhor classificado com 392 pontos e a 11ª posição. O pior desempenho ficou com Alagoas que obteve apenas 354 pontos:

UF	Média Geral
RO	392
MT	389
PB	385
BA	382
TO	382
PE	381
AP	378
CE	376
PA	376
RR	376
PI	374
SE	372
AC	371
AM	371
RN	371
MA	355
AL	354

Embora posicionado abaixo da média geral, o estado de Rondônia, no âmbito da Região Norte e Nordeste, foi o que apresentou melhor desempenho em todas as disciplinas, conforme se demonstra na Gráfico 1.

Gráfico 1 - Desempenho no PISA, edição de 2009, dos alunos do Ensino Fundamental das unidades federativas do Brasil.



Importante mencionar que, na Região Norte, os estados do Amapá, Rondônia e Tocantins não dispõem de rede pública federal, indicando que a pontuação obtida deveu-se aos alunos das redes estadual, municipal e, especialmente, da rede privada.

A despeito das controvérsias remanescentes sobre a qualidade do ensino no Brasil, grande parte dos mitos está sendo desnudada, sobretudo no que diz respeito à falta de investimentos educacionais. Com a participação do país nos testes do PISA e a modernização do sistema de avaliação da Educação Básica representado pelo IDEB, já é possível inferir como anda a nossa educação do ponto de vista nacional e internacional.

A questão agora é superar a visão retrógrada que confundia qualidade da educação com universalização do ensino, embora ainda persista na atualidade um grande número de gestores educacionais que se vanglorie da quantidade de alunos matriculados em seus municípios, silenciando, entretanto, quanto à elevada taxa de repetência escolar.

A elevação da melhoria da qualidade do ensino não pode prescindir da revisão das políticas públicas destinadas à Educação Básica brasileira, especialmente aquelas relacionadas com os seguintes temas:

- a) **Ineficiência de gestão educacional** ó estudos comprovam que, em se tratando de recursos educacionais, o mau desempenho escolar está muito mais associado à qualidade da aplicação desses recursos do que com a quantidade. Diversos sistemas de ensino gastam muito e apresentam desempenho escolar inferior à média registrada por sistemas congêneres;
- b) **Qualificação Docente** ó a despeito do expressivo aumento quantitativo de professores com formação superior, sobretudo após a exigência de habilitação mínima estabelecida pela atual LDB⁵, não houve correspondência desse incremento no respectivo desempenho escolar, em face da baixa qualidade dos cursos de formação inicial e continuada oferecidos aos professores;
- c) **Remuneração dos Professores** ó estatísticas revelam que os melhores acadêmicos de magistério, ao término do curso de graduação, preferem exercer atividades profissionais em outras áreas, em virtude da falta de atrativos, especialmente remuneratórios. Por dedução, conclui-se que a maioria que resolve exercer o magistério não é a melhor capacitada. A melhoria da remuneração docente se constituiria em um importante atrativo para a seleção de melhores quadros para o magistério;
- d) **Condições de Trabalho** ó comprovadamente, com raríssimas exceções, são péssimas as instalações físicas das escolas brasileiras. Em grande parte o problema decorre da ineficiência de gestão, de desvios de recursos e do elevado índice de corrupção verificado na aplicação dos recursos destinados à educação;

⁵ Cf. Art. 62 da Lei n° 9.394/96.

- e) **Crêterios para nomea o de diretores de escola**   Estudos sobre o tema revelam que no âmbito das escolas que registram desempenho escolar satisfatório os diretores exercem papel preponderante. Na maioria delas a nomea o d -se por processo eletivo ou concurso público e os nomeados são continuamente submetidos a cursos de gerência escolar. No Brasil, grande parte dos diretores   indicada politicamente e, na maioria das vezes, não det m aptidões mínimas para o exercício desse importante cargo. Importante lembrar que nem sempre um bom professor   um bom gerente escolar;
- f) **Lei de Responsabilidade Educacional**   embora o MEC/INEP fixe metas de IDEB para cada escola pública que ofereça Ensino Fundamental e Médio, observa-se que não existe norma legal prevendo algum tipo de san o, em caso de não cumprimento dessas metas. O atual cronograma de metas prevê que, somente em 2021,   que o país alcançará a pontua o 6,0, que corresponde   média dos países desenvolvidos. A edi o de uma Lei de Responsabilidade Educacional, nos moldes da atual Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) compeliaria os gestores educacionais a um maior comprometimento com as metas educacionais;
- g) **Aparelhamento e aperfei amento dos sistemas de controle da Administra o Pública**   a despeito das competências constitucionais garantidas aos órgãos de controle interno e externo na fiscaliza o da gestão pública do ponto de vista operacional, verifica-se que a maioria dos Tribunais de Contas ainda continua analisando as contas educacionais apenas sob a perspectiva contábil, visando os cumprimentos dos limites de aplica o de recursos financeiros estabelecidos pela atual Constitui o Federal. Tal deficiência se deve, em parte,   falta de pessoal capacitado para a realiza o de auditorias operacionais na área da educa o, haja vista que essa modalidade de fiscaliza o exige a forma o de equipes multidisciplinares, situa o na qual não se pode prescindir de técnicos com forma o na área educacional.

É cediço que a melhoria da qualidade do ensino se caracteriza como um processo de longo prazo. A Taxa de Repetência Escolar, o pior câncer de um sistema de ensino, continua oscilando em torno de 20%, há mais de uma década, no Ensino Fundamental oferecido pela rede pública, impondo prejuízos financeiros superiores a 6 bilhões de reais ao ano aos cofres da nação.

Os resultados de desempenho aqui apresentados seguidos das sugestões de oportunidades de melhorias servem de reflexão para elevação da qualidade do ensino público no Brasil.

Como dito, a questão não se resolve do dia para noite. O caminho para atingir 6,0 na escala do IDEB ainda é longo e íngreme, contudo é preciso dar o primeiro passo, priorizando a avaliação da gestão educacional do ponto de vista de resultados, sob pena de continuarmos, em 2021, perpetuando um nível de educação õabaixo da médiaö.